



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006393-04.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **AGNALDO GIMENEZ**
 Requerido: **ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado com a primeira ré em 2012 contrato relativo a serviços de acesso à internet, para utilização de televisão e telefone.

Alegou ainda que depois de aproximadamente um ano essa ré lhe ofereceu novo plano, que aceitou, mas com a instalação de outro equipamento começaram a ocorrer problemas com a imagem de sua televisão, fabricada pela segunda ré.

Salientou que técnicos da primeira ré fizeram diversas visitas e trocaram cabos, mas o problema se agravou, culminando com um curto circuito no televisor.

Encaminhou-o à assistência técnica, vindo a ser informado que a placa danificada não estava mais disponível, tanto que lhe foi oferecido um novo aparelho revisado.

Almeja à condenação das rés a lhe entregarem um outro produto da mesma espécie, em perfeitas condições de uso.

A matéria preliminar suscitada pelas rés em contestação entrosa-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Nota-se pela leitura do relato exordial que o autor busca a condenação solidária das rés a lhe entregarem outro aparelho televisor, mas a responsabilidade de cada uma delas está assentada em fato diverso.

Nesse sentido, atribui-se à primeira ré a causa da queima da placa do televisor, enquanto se imputa à segunda o fato de não mais disponibilizar tal peça para reparo.

Assentada essa premissa, assinalo que não há nos autos elementos consistentes que militem contra a primeira ré.

Isso porque os dados amealhados aos autos não se afiguram suficientes para estabelecer convicção bastante de que os técnicos da primeira ré teriam provocado a queima da placa da televisão do autor.

Somente os documentos de fls. 08/09 dão conta de visitas que lhe foram feitas, mas não é possível extrair deles lastro seguro à ideia de que teriam em alguma medida rendido ensejo ao problema destacado.

Já a efetivação da perícia, que poderia aclarar a questão, não se pode implementar nesta sede (cf. a propósito o Enunciado 06 do FOJESP que dispõe que *“a perícia é incompatível com o procedimento da Lei 9.099/95 e afasta a competência dos juizados especiais”*).

De outra parte, a situação da segunda ré pode ser dirimida com os elementos amealhados, não sendo nem mesmo útil para tanto a promoção de eventual perícia.

Como já assinalado, o relato de fl. 02 foi explícito quando declinou que o conserto do aparelho somente não aconteceu por não haver peça disponível para tanto.

O documento de fl. 07 converge para essa mesma direção, constando dele a observação de que a *“placa principal não está disponível”*.

Como não se vislumbrou perspectiva de solução para o assunto, a saída foi oferecer ao autor um aparelho revisado, com o que ele à evidência não concordou.

A conjugação desses elementos impõe o acolhimento da pretensão deduzida em face da segunda ré na medida em que ela deixou de atender a regra do art. 32 do CDC.

Constitui obrigação dela, como fabricante, assegurar a oferta dos componentes e peças de reposição de seus produtos, não se podendo olvidar que o televisor em apreço foi adquirido pelo autor em maio de 2012 (fl. 03).

Ora, de lá para cá não decorreu espaço de tempo elevado para ter como legítima a falta de disponibilização de sua placa.

Pouco importa saber, por fim, qual a origem do problema detectado.

O suposto mau uso do bem pelo autor não eximiria a segunda ré de assegurar a reposição de peças para os reparos devidos no produto, sendo irrelevante a perda de garantia que lhe era inerente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré **ENVISION INDUSTRIA DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA.** a entregar ao autor no prazo máximo de dez dias outro produto da mesma espécie do indicado nos autos (TV 42" AOC LED 42 H 158 I FHD/DTV), mas em perfeitas condições de uso, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), até o limite de 2.000,00 (dois mil reais).

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pelo autor, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Cumprida a obrigação pela ré, terá ela o prazo de trinta dias para retirar junto ao autor o produto que está em sua posse; se não o fizer, ele poderá dar ao mesmo a destinação que melhor lhe aprouver.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**